



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**Ata n.º 5 / XIV / 1.ª SL**

Aos 3 dias do mês de dezembro de 2019, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

**Ordem do Dia:**

1. **Informações gerais**
2. **Aprovação do Regulamento Interno da Comissão**
3. **Apreciação e votação do orçamento da Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa**
4. **Apreciação da proposta de Grupos Parlamentares de Amizade**
5. **Outros assuntos**

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Foi dado início à sessão, a qual foi presidida pelo Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, na qualidade de Vice-Presidente da Mesa.

Dadas as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes, e no **Ponto 1.** Da OD, o Senhor Presidente informou que pelas 14.45 h do próximo dia 11 de dezembro está prevista a realização da fotografia de grupo do elenco da Comissão para a corrente Legislatura, que terá lugar nos Passos Perdidos.

No **Ponto 2.**, o Senhor **Presidente** solicitou as reflexões finais dos diferentes Grupos Parlamentares, relativamente à proposta final de Regulamento Interno da Comissão, remetida pelos Serviços. Neste seguimento, intervieram os Seguintes Deputados:

**António Maló de Abreu (PSD)**, para dar a concordância do seu Grupo à proposta sob análise;

**Paulo Pisco (PS)**, para dar a concordância do seu Grupo à proposta sob análise, tendo questionado a Mesa acerca da questão da previsão das grelhas de tempos para as diferentes audições;

**João Oliveira (PCP)**, sem prejuízo da concordância com o teor da proposta, insistiu na questão das grelhas, até pelo facto de existir, por parte da Conferência de Líderes (CL), a intenção de proceder à sua uniformização para todas as Comissões, o que deveria ser salvaguardado na letra do artigo 18.º da proposta.

Interviu o Senhor **Presidente** para referir que a matéria das grelhas será discutida em reunião posterior, dado conhecer-se, precisamente, a aludida intenção da CL, momento no qual deverá ser considerado o reparo mencionado pelo PCP.

Submetido a votação, a proposta de Regulamento Interno foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Transitados para o **Ponto 3.**, o Senhor **Presidente** apresentou sumariamente a proposta de Orçamento da Comissão, tendo lembrado a sua íntima relação com o conjunto das atividades planeadas, cujo Plano havia já sido aprovada na anterior reunião.

Neste ponto usaram da palavra os Senhores Deputados:

**Paulo Pisco (PS)**,

**António Maló de Abreu (PSD)**, para propor uma alteração ao texto apresentado e aceitar as sugestões propostas. Submetido a votação, o Plano de Atividades foi aprovado pela unanimidade dos Deputados presentes, com as alterações sugeridas pelo GPPS.

**No Ponto 4.**, o Senhor **Presidente** deu continuidade à discussão relativa aos Grupos Parlamentares de Amizade (GPA's), tendo informado que a Embaixada de Cuba em Lisboa, veio entretanto alertar para o facto de existir do antecedente um GPA e com reciprocidade.

De seguida, intervieram os seguintes Deputados:

**António Maló de Abreu (PSD)**, para manifestar a concordância do seu Grupo Parlamentar quanto à inserção de Cuba no elenco dos GPA's a considerar;

**Paulo Pisco (PS)**, que acompanhou a posição do PSD, tendo lembrado que havia já alertado na última reunião para a existência, por sinal já antiga, de um GPA com Cuba,



com registo de muita atividade e contactos bilaterais, motivo pelo qual o PS entende que deve ser mantido na corrente Legislatura.

**João Oliveira (PCP)**, para acompanhar as posições atrás manifestadas;

**Pedro Bacelar de Vasconcelos (PS)**, para recordar a ampla difusão que esta questão de Cuba teve na comunicação social recente, lamentando o aproveitamento mediático da mesma por parte de outras forças políticas, numa questão que, de resto, não tonha sequer conhecido a sua conclusão no seio dos trabalhos em Comissão.

Submetida à votação, a proposta de inserção de Cuba no elenco da listagem de GPA's com parecer positivo da Comissão foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

De seguida, foi concedida a palavra ao senhor Deputado **André Silva (PAN)** para apresentar a sua proposta tendente à subtração da China da listagem acima referenciada. Neste seguimento, começou o Senhor Deputado por invocar o teor da Resolução que aprova o procedimento de criação de GPA's, na parte em que esta condiciona a manutenção de relações bilaterais com Parlamentos que sejam simultaneamente plurais e livremente eleitos, o que, na sua opinião, não ocorre no caso chinês. Tal se confirma, inclusive, pelo disposto na própria Constituição da República Popular da China, onde se consagra um sistema de partido único, sendo evidente que se está perante um regime autocrático e ditatorial.

Interveio o Senhor **Presidente** para relembrar que o GPA com a China foi dos mais ativos na anterior Legislatura. Referiu, ainda, que um dos critérios determinantes para a criação destes Grupos por parte da Assembleia da República, tem sido o do impacto causado junto das comunidades portuguesas residentes no exterior, aspeto importante na presente análise.

Seguidamente, intervieram os seguintes **Deputados**:

**Paulo Pisco (PS)**, tendo referido não se rever na posição do PAN. Relembrou os casos da Turquia, da Rússia ou do Irão, onde os indicadores de pluralidade política podem igualmente ser questionados, sem que com isso se tenha deixado de reconhecer a relevância da manutenção de relacionamentos parlamentares bilaterais em tais casos, mormente quanto à China, com quem Portugal mantém uma relação mult centenária e se apresta a assinalar os 20 anos da transição de Macau. Acresce, segundo mencionou, o



excelente relacionamento comercial e o impacto ao nível das políticas culturais, em particular, por ser o país estrangeiro com maior número de aprendizes da língua portuguesa. Concluiu, referindo ser mais importante a diplomacia do que pressupostos ideológicos.

**António Maló de Abreu (PSD)**, para manifestar a discordância do seu Grupo relativamente à proposta do PAN, tendo lembrado que, de acordo com as informações que possui, o Grupo sempre existiu e funcionou bem, e sublinhou os fatores histórico e comercial não podem deixar de ser sopesados nesta apreciação que é de grande sensibilidade internacional.

**João Oliveira (PCP)**, para igualmente discordar da proposta do PAN, tendo sublinhado o facto de este Partido nada referir casos idênticos de outros países. Mais referiu que a proposta do PAN vem sustentada numa listagem elaborada por uma entidade suspeita de ligações à CIA. Saliu, ainda, que a postura de princípio do PCP é a de não inviabilizar à partida a constituição de qualquer GPA, decidindo posteriormente se pretende ou não integrá-lo, pois os Deputados são livres de criar os GPA's que bem entendam.

**Paulo Neves (PSD)**, para alertar o facto de o Embaixador da Hungria ter remetido ofício à Comissão, informando ter sido constituído no Parlamento desse país um GPA. Enfatizou, ainda, a situação do GPA com a Guiné-Equatorial, cuja eliminação deveria ser avaliada à luz da relevância que as relações com os países membros da CPLP devem ter;

**Paulo Pisco (PS)**, para manifestar a sua concordância quanto à manutenção do GPA com a Guiné-Equatorial.

Interveio o Senhor **Presidente** para referir que a Guiné-Equatorial nunca instituiu Grupo homólogo durante a pretérita Legislatura, reconhecendo, contudo, ser aceitável que se discuta a sua criação. Informou, ainda, até à hora do início da reunião, os Serviços não haviam registado a receção de qualquer comunicação oriunda da Embaixada da Hungria. Saliu que, embora a listagem estivesse já sedimentada, fruto da discussão ocorrida em anteriores reuniões, caso exista decisão nesse sentido, poderia a Hungria constar do elenco, a título condicional.

Seguidamente, intervieram ainda os Deputados:

**João Oliveira (PCP)**, para referir que o seu Grupo Parlamentar havia igualmente recebido a comunicação da Embaixada da Hungria, mencionada pelo PSD. Porém, nessa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

comunicação, nada se refere ou pode inferir quanto à existência de um GPA já constituído no âmbito do Parlamento daquele país. E lembrou que esta matéria deverá ainda ser analisada em sede de Conferência de Líderes.

**Pedro Bacelar de Vasconcelos (PS)**, para concordar com a posição manifestada pelo PCP. Segundo afirmou, a Comissão, ao reunir, adquire uma formalidade institucional que não pode compadecer-se com missivas de última hora, venham de onde vierem, tendo voltado a sublinhar que os GPA's não são associações de difusão da amizade entre povos, diferentemente, são órgãos que funcionam no âmbito do relacionamento institucional entre Parlamentos.

**André Silva (PAN)** que, retomando a proposta de subtração da China da listagem proposta pela Comissão, solicitou que a mesma fosse votada em Comissão.

Dado o facto de o PAN pretender atribuir à sua proposta eficácia deliberativa, o Senhor Presidente colocou à apreciação da Comissão a admissibilidade daquela. Votada favoravelmente e por unanimidade a sua admissão, foi a mesma sujeita a votação, tendo sido rejeitada por maioria dos votos expressos, tendo o PAN votado favoravelmente, e todos os restantes Deputados votado contra.

No final da discussão e contemplando já os casos de Cuba e da Hungria acima mencionados, foi a Lista submetida à votação, tendo sido aprovada por maioria dos Deputados presentes, e com o voto contra do PAN.

**No Ponto 5.**, foi explicado pelo Senhor **Presidente** que, não obstante ter sido remetida a todos os Deputados juntamente com o expediente para a presente reunião, a Ata n.º 4, de 27 de novembro passado, acabou por não constar da OD. Por tal motivo, solicitou que a mesma pudesse ser admitida a discussão e votação, o que foi unanimemente assentido. Neste seguimento, admitida à votação, a Ata em apreço foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

A finalizar, informou o Senhor Presidente que, salvo ponderação maior, a próxima reunião da Comissão terá lugar a 17 de dezembro próximo.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezasseis horas e trinta minutos, dela sendo lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado aqui

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2019,

**O Vice-Presidente da Comissão**

**(Carlos Alberto Gonçalves)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Neves  
André Silva  
António Maló de Abreu  
António Ventura  
Ascenso Simões  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Alberto Gonçalves  
João Azevedo  
João Oliveira  
Lara Martinho  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Paulo Porto  
Pedro Filipe Soares  
Susana Correia  
Telmo Correia  
Álvaro Almeida  
Cristina Jesus  
Eduardo Teixeira  
Isabel Oneto  
Romualda Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Cesário  
Ricardo Baptista Leite

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Vieira  
Carla Sousa  
Edite Estrela  
Isabel Meireles  
Sérgio Sousa Pinto

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 17 de dezembro de 2019.**

